

Editorial

Em consonância com o objetivo de estimular reflexões sistemáticas sobre a realidade sócio-econômico-territorial do estado do Rio de Janeiro, a Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense tem buscado apoiar iniciativas da comunidade acadêmica comprometidas com essa perspectiva. Nesse sentido, esta edição incorpora, dentre os artigos selecionados, contribuições resultantes do Seminário de Integração Regional, organizado pelo Programa de Planejamento Regional e Gestão da Cidade, da Universidade Cândido Mendes de Campos de Goytacazes (UCAM – Campos), realizado no ano de 2017, com o tema “Pensando a cidade: propostas e ações”. Estas contribuições, como as demais que compõem este número, foram submetidas à avaliação de pareceristas anônimos para fins de publicação.

Os três primeiros artigos constituem produtos do Seminário da UCAM – Campos. Eles revelam preocupações com problemas da realidade territorial da Região Norte Fluminense e têm como foco específico a avaliação da efetividade das políticas urbanas de uso e ocupação do solo e de educação à distância.

O artigo *“Aplicabilidade dos instrumentos de política urbana: o caso do plano diretor de São João da Barra – RJ”*, de Ronaldo de Sousa Araújo, Juliana Landim Gomes Siqueira e Zélia Maria Peixoto Chrispim, apresenta um estudo sobre a utilização dos instrumentos da política urbana brasileira dispostos na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, tendo como objeto de análise o Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de São João da Barra, localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro. O artigo analisa a aplicabilidade dos instrumentos considerando a forma como eles são disponibilizados na legislação de São João da Barra, evidenciando as dificuldades de consolidação da atual política urbana de uso do solo no país.

O artigo *“A Expansão Dos Condomínios Fechados: o caso de Campos Dos Goytacazes-RJ”*, de Viviane Rangel Ribeiro Manhães e Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, analisa a expansão dos condomínios residenciais de alto padrão na cidade de Campos dos Goytacazes, o seu impacto sobre a produção do espaço urbano, a ampliação e a ressignificação das áreas periféricas e as motivações para a moradia nestes espaços. O artigo aponta para a conformação de um processo de “autossegregação”, baseado numa perspectiva de exclusivismo de classe e reforço do status social, que determina um novo estilo de vida e normas de convívio entre os iguais no espaço privado.

O artigo *“Expansão da educação a distância no território fluminense: um enfoque multicritério”*, de Luiz Augusto Caldas Pereira, Carla Nogueira Patrão e Milton Erthal, tem como objetivo a avaliação de políticas educacionais. Foca-se na aplicação de um método multicritério para apoio à decisão de gestores públicos educacionais para definição dos municípios a serem implantados os seis novos polos de educação a distância pelo Instituto Federal Fluminense. O artigo procura modelar esse processo decisório com base em critérios e pesos atribuídos por especialistas e no uso do método multicritério Electre I de apoio à decisão.

Entre os demais artigos que compõem esse número, dois apresentam reflexões sobre a dinâmica urbana da cidade do Rio de Janeiro elaboradas a partir de uma perspectiva histórica de sociologia política. Os outros dois tratam respectivamente da desconcentração regional e diversificação da indústria e da análise dos direitos fundamentais na saúde pública, apontando possíveis implicações no campo das políticas públicas. A escolha da sequência de apresentação desses artigos parte da discussão de questões históricas e sociopolíticas mais gerais para transformações industriais e institucionais que demandam diagnósticos e políticas mais focalizadas.

O artigo *“A fundação da “cidade-capitania” do Rio de Janeiro e a Repartição do Sul: notas sobre administração colonial”*, de Fabiano Vilaça dos Santos, aborda a polêmica sobre a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565/67, associada à criação da capitania real do Rio de Janeiro. O autor analisa o funcionamento de uma entidade administrativa que alterou por três vezes a configuração política e jurisdicional do governo-geral do Estado do Brasil, originalmente instalado na Bahia: a Repartição do Sul, sediada no Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII.

O artigo *“Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder”*, de Mauro Osorio, Henrique Rabelo Sá Rego e Maria Helena Versiani, apresenta uma análise da trajetória econômica, política e social da cidade e do estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a institucionalidade formal (leis) e informal (hábitos e cultura) que marcou a história da região. São discutidos os impactos dessa institucionalidade para a constituição do marco de poder dominante no Rio de Janeiro, bem como problematizados os desafios existentes para a superação, no século XXI, do longo processo de decadência econômica vivenciado na economia carioca e fluminense a partir do período pós-1960.

O artigo *“Desconcentração Regional e diversificação da indústria no estado do Rio de Janeiro – 2003/2014”*, de Henrique Schmidt dos Reis Lacerda e João Saboia, aborda a evolução recente da dinâmica industrial brasileira, analisando seus efeitos em termos da distribuição regional e setorial da indústria no estado do Rio de Janeiro. O estudo utiliza dados da Relação Anual de Informações Sociais para as variáveis emprego, número de estabelecimentos, massa salarial e salário médio. Destaca-se o papel do setor petrolífero, num contexto de desconcentração regional e diversificação setorial da indústria fluminense que ocorre de forma heterogênea, com impactos diferenciados nas principais microrregiões fluminenses.

O artigo *“Desinstitucionalização: análise dos direitos fundamentais e saúde mental pública”*, de Victoria Muniz Cabral da Silva e Paolla Vieira Lima, aborda a política pública de desinstitucionalização da saúde mental, utilizando indicadores do município do Rio de Janeiro, produzidos pela Secretaria Municipal de Saúde. O artigo procura verificar a congruência da implementação da supradita política pública, confrontando-a aos seus objetivos e verificando se a mesma está apropriada com a concretização dos direitos fundamentais, a partir de uma abordagem teórica multidisciplinar entre direitos e psiquiatria.

O conjunto de artigos presentes nesse décimo segundo número da Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense reflete o esforço realizado para a sua consolidação como veículo importante de discussão do desenvolvimento fluminense, em uma perspectiva multidisciplinar, e como instrumento de avaliação de políticas públicas. Além disso, destacamos o compromisso do Conselho Editorial e das instituições de apoio no sentido de dar maior celeridade à avaliação das submissões e à atualização do processo de edição. É com base nessa perspectiva que reiteramos o convite à comunidade acadêmica para contribuir enviando novos artigos.

Os Editores